



C. M. NATAL
PROCESSO Nº 082/2022
FOLHA Nº.: 442

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

COMISSÃO TÉCNICA
Recebido em 12/12/22

Ana Maria Lima Batista
COMISSÃO TÉCNICA
MAT 1.205-3

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

“VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 188/2019, de autoria do Vereador Preto Aquino, que "Dispõe sobre a criação do dia municipal dos profissionais da beleza: cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador, e dá outras providências", conforme mensagem nº 104/2022.”

I – RELATÓRIO

Trata-se de Processo de nº 82/2022, o qual veta parcialmente o projeto de lei 188/2019, de autoria do Vereador Preto Aquino, que "Dispõe sobre a criação do dia municipal dos profissionais da beleza: cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador, e dá outras providências", conforme mensagem nº 104/2022.

É o que importa relatar.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, nos termos do Regimento Interno desta casa, analisar “aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara”, conforme determina o Inciso I do Artigo 62 do nosso Regimento Interno.



M. NATAL
PROCESSO Nº 8212002
PLHA Nº 452

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

Inicialmente cumpre observar que a pretensão normativa pretende criar o dia municipal dos profissionais da beleza, o que por si só não gera óbice jurídico.

Todavia os artigos 2º, 3º e 4º criam novas atribuições à Secretária de Saúde quanto a fiscalização e cadastramento dos estabelecimentos naquela definida, bem como da realização de trabalho educativo.

Neste portico e nos termos do artigo 39 §1º c/c art. 21 inciso IX da Lei Orgânica do Município, a iniciativa do processo legislativo que trate de atribuições das secretarias municipais é de atribuição privativa do Chefe do Executivo, vejamos:

]"Art. 39 A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a três por cento do eleitorado registrado na ultima eleição. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2005)

§ 1º É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.

Art. 21 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

IX - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista"

Assim, conforme as razões do veto, as atividades mencionadas no projeto vetado são executadas pela Vigilância Sanitária. E tais artigos acima analisados ferem princípio constitucional.



M. NATAL
PROCESSO Nº 821202
ATA Nº 4/2022

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

Gabinete do Vereador Kleber Fernandes

III – VOTO

Analisando os autos, opino pela manutenção do VETO.

Palácio Padre Miguelino, 08 de dezembro de 2022.

KLEBER FERNANDES
Vereador